

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: A INVISIBILIDADE NAS PESQUISAS CIENTÍFICAS

REGINA CÉLIA PASSOS RIBEIRO DE CAMPOS

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

MARCO ANTÔNIO MELO FRANCO

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, Minas Gerais, Brasil

RESUMO: Este artigo visa apresentar revisão sistemática sobre produções científicas na área da Educação e afins, no período entre 2012 e 2022 acerca da situação educacional das crianças com deficiência acolhidas, para compreender o contexto educacional e a função social da escola. Nas bases do Portal CAPES e *Scielo*, dos 255 títulos localizados, 34 artigos foram selecionados e analisados na íntegra. Visto a escassez de produções sobre a situação educacional das crianças com deficiência acolhidas - somente 4 publicações - foi preciso ampliar o escopo para a situação educacional das crianças acolhidas em geral. Diante dessa lacuna na agenda de pesquisa, é urgente a realização de pesquisas que criem indicadores para a formulação de políticas intersetoriais voltadas ao atendimento desse público.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento; Deficiência; Inclusão Escolar; Revisão Sistemática.

INTRODUÇÃO

O acesso à educação é um marcador social relevante para a formulação das políticas públicas brasileiras e a pesquisa científica, como instrumento que evidencia as desigualdades sociais, corrobora como ferramenta para a formulação dessas políticas. Há, entretanto, certos públicos que estão ausentes da discussão científica e, conseqüentemente, de pautas políticas indicando haver exclusão dentro dos públicos ora avaliados pelos marcadores sociais, principalmente no que tange ao acesso à educação.

Com relação aos dados referentes às pessoas com deficiência, segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2022), o Brasil tem cerca de 19 milhões de pessoas que declararam possuir algum tipo de deficiência. Os dados revelam um cenário de desigualdade e falta de oportunidades, traduzido em índices educacionais que refletem, especialmente, a baixa escolaridade. Diante da evidente desigualdade educacional, buscamos verificar como se encontra a situação educacional de crianças e adolescentes com deficiência que vivem em instituições de acolhimento. O presente artigo visa apresentar uma revisão sistemática realizada com o objetivo de identificar, na literatura científica, o que foi publicado na última década acerca das crianças e/ou adolescentes com deficiência acolhidas, mais precisamente, visando compreender quem são esses estudantes e qual a função social da escola e da educação em seu processo de inclusão. Com essa revisão, seria possível verificar se esse público, com suas especificidades, constava nas pesquisas científicas e, conseqüentemente, nas discussões para formulações de políticas públicas intersetoriais.

Segundo Dainez (2018), a constituição social do sujeito não fica restrita à socialização/convivência escolar, “relaciona-se, sim, ao trabalho de ensino e à apropriação do conhecimento valorizado, condição do desenvolvimento cultural orientador da personalidade” (Dainez, 2018, p.14). Nesse sentido, para cumprir sua função social, a escola precisa contemplar o compromisso social de possibilitar a todas as crianças, apropriação e criação de conhecimento, desenvolvimento e formação humana.

Observamos que a produção científica sobre a temática da inclusão escolar data de mais de 30 anos, quando foram consolidados dos direitos das crianças e adolescentes no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Brasil, 1990) e Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), cujos princípios conceberam a equalização dos direitos à educação para a pessoa com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva (Brasil, 2008) e o Decreto 6949/2009 (Brasil, 2009) que promulgou a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência fortaleceram essa garantia de acesso à educação, participação escolar e aprendizagem. Mas, quem de fato são os estudantes com deficiência brasileiros?

Trata-se de uma diversidade plural e múltipla nos diferentes modos de ser e existir. Entre essa diversidade, há sujeitos que, por condição de vulnerabilidade, são encaminhados e vivem em situação “provisória” de acolhimento. No que se refere ao termo “provisória”, é importante entender que o ECA estabeleceu condições especiais e caráter temporário ao acolhimento, assegurando a reinserção e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários ou, em última instância, o encaminhamento para uma família substituta (Brasil, 1990). Legalmente, se trata de uma acolhida por tempo determinado, que pode durar alguns meses ou mesmo alguns anos, uma “medida protetiva de alta complexidade” – proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destinada a crianças e jovens em risco social ou pessoal.

Para compreender o cenário brasileiro e como se organizam os serviços de acolhimento sob a medida protetiva prevista no ECA, a Nota Técnica nº 91/2021 – Relatório Filhos “cuidados” pelo Estado –, Lício *et al.* (2021) apresenta uma análise do Censo SUAS/2018, onde foram localizados cerca de 31,7 mil crianças e adolescentes afastados do convívio familiar sob medida de proteção de acolhimento, sendo mais da metade meninas, em idades entre 6 e 15 anos. Cerca de 29% do total traz características marcadas pelas necessidades de articulação com políticas específicas, destacando um elevado índice (16,4%) de deficiência física e intelectual (Lício *et al.*, 2021).

A REVISÃO SISTEMÁTICA – DA LOCALIZAÇÃO À ANÁLISE

Os procedimentos basearam-se na pesquisa descritiva, através da técnica de revisão sistemática. De acordo com Ferreira (2002), a revisão sistemática é um tipo de pesquisa inventariante e descritiva das produções acadêmicas sobre um tema específico. Esse arcabouço nos permite discutir a tema levando em conta o tempo, o lugar e o contexto. Segundo Zoltowski *et al.* (2014), trata-se da estratégia de busca, análise crítica e síntese das produções científicas encontradas. Conforme Galvão e Ricarte (2019), “identifica, seleciona, avalia e sintetiza simultaneamente estudos

qualitativos, estudos quantitativos e estudos mistos...”, no momento em que “...a complexidade do século 21 exige uma revisão mais cooperativa e integrada das diferentes ciências e seus métodos”(Galvão; Ricarte, 2019, p.60).

O levantamento, finalizado em janeiro de 2023, versou sobre o que foi publicado na literatura científica indexada no Portal de Periódicos da CAPES e na base *Scielo*, entre 2012 a 2022, período circunscrito à década de publicações, plena de avanços e retrocessos na política brasileira. O processo de escolha dos títulos buscou, a princípio, os seguintes critérios de inclusão: (1) serem publicações com foco explícito na situação educacional de estudantes com deficiência oriundos de instituições de acolhimento; (2) estarem publicadas em revistas científicas classificadas no Portal de Periódicos da CAPES e na base *Scielo*; e, (3) temporalmente situadas no intervalo entre 2012 e 2022. Nas duas bases, os termos descritores utilizados foram: “acolhimento institucional” e “instituições de acolhimento”. A escolha dos descritores de localização foi proposital para abranger o maior número de publicações sobre o tema. Em seguida, afinamos a busca, fazendo, separadamente, o cruzamento desses descritores com as categorias: “deficiência”; “educação” e “escola”, por meio do operador booleano “E”. No Portal CAPES, os descritores passaram antes pelos seguintes filtros disponibilizados: (1) quanto à disponibilidade: periódicos revisados por pares; e (2) quanto ao tipo de recurso: artigos científicos e, (3) quanto ao período: anos de 2012 a 2022. Na base *Scielo*, além dos filtros citados, pelo que estava disponibilizado, focalizamos a área de Ciências Humanas, a Temática (WoS) Educacional, Coleção do Brasil, todos Periódicos, Idioma Português, Ano de Publicação 2012 a 2022, índices de Citação (WoS) e tipos de literatura, artigos.

No Portal da CAPES, a busca resultou em 201 títulos de artigos científicos e na base *Scielo* foram encontrados 54 títulos de artigos científicos, que somados, resultaram no total de 255 títulos. Diante do número e diversidade das publicações, foi necessário adotar critérios de exclusão: duplicidade ou triplicidade de arquivos; pesquisas realizadas fora do período delimitado ou fora do Brasil; estudos históricos; arquivos indisponíveis on-line; foco não referente ao público alvo crianças acolhidas, como pessoas idosas ou em situação de rua; temas adjacentes como saúde e higiene, uso de drogas, gravidez na adolescência e egressos, inclusão no ensino superior; e a outras áreas do conhecimento como medicina, direito ou enfermagem, entre outras.

Por fim, unindo os dois universos de dados e realizando a exclusão conforme os critérios acima, a seleção final resultou em 34 artigos, cuja leitura na íntegra permitiu a categorização segundo a área de conhecimento, localização, ano, metodologia e resultados. Nesse momento, constatamos uma lacuna nas produções científicas que tratam diretamente da situação educacional dos estudantes com deficiência em acolhimento institucional – apenas quatro publicações –, o que nos fez ampliar o escopo da pesquisa para o processo de acolhimento em geral, a escola e a educação.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise sistemática, conforme Faria e Camargo (2015), buscou sistematizar os dados e estabelecer a compreensão crítica sobre os resultados. Os títulos foram dispostos em ordem temporal, sendo que algumas temáticas e/ou autores reapareceram conforme o ano de publicação, indicando permanência da construção científica no campo investigado. Algumas pesquisas se mostraram regionalizadas, outras

tratavam da realidade de forma nacional. Algumas pesquisas quantitativas abrangeram um universo amplo de sujeitos, outras, pontuais, apresentaram reflexões subjetivas de um valor qualitativo inestimável. Após a leitura, os artigos científicos foram classificados nas seguintes unidades temáticas:

Quadro 1- Referências por Unidades Temáticas

Nº	Unidades Temáticas	Autores
1	Política e organização institucional do acolhimento	Rossetti-Ferreira <i>et al.</i> (2012); Carlos <i>et al.</i> (2013); Guedes; Scarcelli (2014); Souza; Brito (2015); Paula (2016); Acioli <i>et al.</i> (2018); Crestani; Rocha (2018).
2	Consequências da institucionalização	Rosa <i>et al.</i> (2012); Fernandes; Oliveira-Monteiro (2016); Fernandes; Monteiro (2017); Wendt; Diullius; Del’Aglio (2017); Lemos <i>et al.</i> (2017); Kappler; Mendes (2019); Guerra; Del Prette (2020); Ramos <i>et al.</i> (2020).
3	Desligamentos institucionais	Espindola; Viana; Oliveira (2017); Paiva; Moreira; Lima (2019); Franceschini; Weschenfelder (2021).
4	A função da escola nos processos de acolhimento institucional	Carlos <i>et al.</i> (2014); Rossi; Rossi (2016); Correr; Senem; Barros (2017); Fonseca (2017); Costa; Cavalcante (2018); Piske <i>et al.</i> (2018); Lima (2018); Silveira; Nogueira; Silva (2020); Silva <i>et al.</i> (2020); Leal; Alberto (2021); Rodrigues; Prebianchi (2021); Sudário; Moreno (2022).
5	Marcas da deficiência e exclusão na invisibilidade das pesquisas	Freitas; Teixeira; Rech (2016); Campos; Araújo (2018); Borges <i>et al.</i> (2020); Vargas; Nascimento; Rosa (2022).

Fonte: Autores, 2024.

Registramos que, o tema que gerou a pesquisa inicial aparece somente na quinta unidade temática “Marcas da deficiência e exclusão na invisibilidade das pesquisas”. Essa categorização deveu-se ao fato de que, no universo pesquisado, foram encontradas apenas duas publicações que trataram diretamente do tema. Outros dois artigos abordam o tema, de forma indireta, na interseção com a temática dos processos de adoção. Diante da escassez de produções científicas, decidimos abordar a temática central da pesquisa somente ao final desse artigo visando refletir a invisibilidade desses sujeitos nas agendas de pesquisa. Cada unidade temática nos ajuda a entender os interesses dos pesquisadores e as ênfases que recaem sobre o sujeito acolhido nesse universo investigado.

A POLÍTICA E A ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO ACOLHIMENTO

A política e organização institucional do processo de acolhimento são objetos de estudo de 7 pesquisas que focalizaram e avaliaram as práticas de gestão e assistência. Os autores denunciaram graves problemas estruturais nas instituições, demonstrando um cenário desigual, por questões regionais, de organização e assistência aos acolhidos.

Rossetti-Ferreira *et al.* (2012), ao pesquisarem sobre as redes de significação que permeiam as políticas e práticas de acolhimento familiar, institucional e de adoção em São Paulo, denunciaram falhas na rede de proteção: “Se o que causa o acolhimento de crianças é a violação de algum de seus direitos, nossas pesquisas mostram que enquanto acolhidas, muitas vezes, seus direitos continuam sendo violados” (Rossetti-Ferreira *et al.*, 2012, p. 396).

Carlos *et al.* (2013) analisaram as práticas de acolhimento, considerada fator de proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica, em Campinas-SP. O estudo pontuou: “...percebe-se que o serviço de acolhimento institucional ainda mantém características próprias das instituições totais e asilares com algumas posturas e práticas autoritárias, como o considerável número de regras e punições”(Carlos *et al.*, 2013, p.6). Nessa perspectiva, Guedes e Scarcelli (2014) identificaram três tipos de práticas sociais que formam a assistência à infância: o modelo caritativo, o modelo filantrópico e o modelo de Estado do bem-estar social. As autoras pediram atenção para os processos de significação, que atribuem condições identitárias e resultam em práticas educativas e produção de sentidos, no cotidiano das instituições.

Em Aracajú-RN, Souza e Brito (2015) denunciaram que as medidas protetoras preconizadas pelo ECA (1990) não estavam sendo cumpridas por falta de articulação da rede de proteção à infância e adolescência, acarretando violações de direitos. Havia instituições com acima do limite de vagas e ausência de trabalho de reintegração familiar.

Essa limitação é sentida também nos estudos de Paula (2016) que, ao discutir a participação de crianças menores nas instituições de acolhimento, registra que essas crianças se encontram circunscritas à rotina, espaço e tempo de atividades que não lhes permite participação na instituição, limitação imposta por educadores e crianças maiores que decidem pelos menores suas atividades cotidianas. Não foi encontrado modelo pedagógico na instituição, mas representações negativas, através de julgamentos sobre as crianças pequenas como: “passividade, incompetência e incapacidade” (Paula, 2016, p.110). Apesar do artigo não citar crianças com deficiência, acreditamos que o mesmo aconteça com elas, uma vez que socialmente são marcadas por essas características.

Em Recife, Acioli *et al.* (2018) avaliaram a estrutura e o processo de 12 abrigos institucionais. Identificaram vários problemas, entre eles, o preconceito da comunidade e da escola: “...muitas vezes, são tachados como jovens infratores. Tal fato compromete inclusive a frequência à escola dessa população, que é, na maioria das vezes, prejudicada por uma grande rejeição dos funcionários e alunos da escola” (Acioli *et al.*, 2018, p.537). A “rejeição” da escola e da comunidade é prova efetiva do preconceito social para com esse público. A situação de preconceito é ainda mais complexa quando se trata das crianças e jovens com deficiência, tendo sido identificadas 2 unidades voltadas ao público com deficiência, com capacidade acima do permitido e permanência de vários adultos. O preconceito, em suas diversas dimensões psíquicas e sociais, segundo Crochik (2011), sobrevive pelo viés da experiência individual e pelo viés da cultura. Com a baixa probabilidade de reunificação familiar e adoção, a exclusão torna-se imperativo imposto, resultado desse preconceito.

Crestani e Rocha (2018) ao discutirem risco, vulnerabilidade e confinamento da infância pobre sob a perspectiva foucaultiana, criticam a atualização discursiva das

políticas públicas que adotam palavras encobridoras, mantendo as mesmas práticas discriminatórias: “A atualização discursiva das políticas públicas de “proteção” à infância encobre a continuidade das ações de cunho discriminatório, higienista e criminalizante introduzidas pelo Código de Menores”. Perdura a ideia de “confinamento da infância”, enquanto o acolhimento institucional “resposta mágica” frente à diversidade de situações, “... forma de desconsiderar os atravessamentos histórico-político-sociais implicados nessa prática” (Crestani; Rocha, 2018, p. 9). Duplo confinamento desses sujeitos, por restringir a um espaço determinado e por impedir a subjetividade e o exercício da potencialidade.

Dentro desse escopo, os estudos tratam de realidades específicas e retratam a complexidade do problema. Pesquisadores de centros urbanos não atingem a dimensão regional ou local de contextos mais distantes, o que permite gerar interpretações mais focadas em determinadas realidades, deixando lacunas na interpretação da realidade nacional, que em geral só é interpretada por marcadores censitários. Fica evidente, mesmo de forma lacunar nos estudos, a reiterada gravidade das questões relacionadas à estrutura, à organização e cuidados para com os acolhidos. O cenário evidenciou a necessidade de se avançar na coerência entre o discurso e a prática, nas políticas públicas e nas pesquisas.

CONSEQUÊNCIAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Foram encontrados 8 artigos que tratam dos efeitos do processo de acolhimento institucional na formação dos vínculos afetivos das crianças e adolescentes. Os estudos trataram de impactos psicológicos da institucionalização e formação de vínculos afetivos.

Rosa *et al.* (2012) buscaram identificar vínculos afetivos de 8 adolescentes em processo de desligamento de uma instituição. Com base na teoria de Bronfrenn brenner (1996), o estudo apontou que, apesar de existir vínculos afetivos com alguém da família, há evasões e dificuldade de reinserção na família de origem.

Fernandes e Monteiro (2016, 2017) buscaram avaliar indicadores e percepções do acolhimento de 61 adolescentes. As análises evidenciaram: (1) tendência à negatividade, indiferença e instabilidade – indicadores de sofrimento psíquico e, (2) o fato de que, após um tempo, eles conseguem ver positivamente as vivências na instituição. Segundo as autoras, “...a vida em serviços institucionais pode associar-se tanto a fatores positivos quanto a fatores de risco para o desenvolvimento das crianças e adolescentes dependendo das particularidades e vulnerabilidades desses ambientes de interação” (Fernandes; Monteiro, 2017, p.2). Registramos a ausência do tema educação no processo de “permanência institucional”, o que nos faz questionar a função social da escola no processo de institucionalização.

Wendt, Diullius e Del’Aglío (2017) compararam imagens sociais associadas aos jovens acolhidos com as imagens de jovens típicos. Nos 224 entrevistados, as imagens sociais dos jovens institucionalizados receberam altos índices de características negativas duplamente, por serem adolescentes e estarem institucionalizados.

No estudo de Lemos *et al.* (2017), também sobre vínculos afetivos, participaram 4 mães sociais, 31 crianças e 4 adolescentes: "... apesar das dificuldades (...) de vínculos afetivos no contexto do acolhimento, eles são possíveis desde que haja disponibilidade para o contato afetivo e para lidar com as incertezas inerentes a esse contexto" (Lemos *et al.*, 2017, p.8).

Kappler e Mendes (2019) entendem que trocas afetivas realizadas na interação com pares e educadores são fundamentais para a criança enfrentar o processo de acolhimento. Ao analisarem os comportamentos de trocas afetivas de dez crianças de 6 e 11 anos, apontaram que o comportamento de rir/sorrir aparece em 65% das brincadeiras e que 14% das trocas afetivas estão em situações de tarefas escolares. Segundo eles, as interações com os pares fortalecem os vínculos, mas com educadores as interações são mais restritas.

Sobre o repertório de habilidades sociais das crianças abrigadas, Guerra e Del Prette (2020) investigaram 36 crianças entre 6 e 12 anos, do 1º ao 6º ano do ensino fundamental, em escolas públicas e 19 cuidadores. Identificaram déficit no desenvolvimento socioemocional, baixo repertório de habilidades sociais e problemas comportamentais.

Ramos *et al.* (2020) relataram uma multiplicidade de experiências difíceis ligadas à violência vivenciadas por 72 adolescentes em situação de acolhimento: alto índice de eventos violentos (72,2%), exclusão social (59,1%) e assédio sexual (48,6%). Registraram a presença de exclusão e assédio moral na escola, sendo o grupo em situação de acolhimento negligenciado na construção das políticas públicas e agendas de pesquisa.

Essa unidade de análise, com algumas exceções, apresenta estudos onde os sujeitos em acolhimento sofrem prejuízos no desenvolvimento e na formação da autoimagem, pelo sofrimento físico ou mental, vínculos socioemocionais pouco significativos e deficitários e formação de imagem social externa carregada de rótulos e preconceitos.

DESLIGAMENTOS INSTITUCIONAIS

O desligamento da instituição seja por adoção ou reinserção familiar ou em outra instituição foi tema abordado em apenas 3 dos títulos localizados neste universo.

Interrogando-nos se a adoção é a solução para crianças e jovens vulneráveis, Espindola, Viana e Oliveira (2017) denunciaram questões graves no Sistema Nacional de Adoção (SNA): "O desrespeito ao direito fundamental à convivência familiar (...) constitui um grave problema de falta de implementação efetiva e contínua de políticas públicas, que garantam às famílias mais vulneráveis direitos sociais mínimos – habitação, saúde, educação e oportunidade de trabalho" (Espindola; Viana; Oliveira, 2017, p. 43). No texto, a educação aparece junto a outros direitos humanos, como um direito violado. As crianças ao serem acolhidas, são retiradas de suas famílias de origem, suas casas e também de suas escolas. As políticas públicas são aqui reconhecidas pelo poder de definir trajetórias de vida.

Paiva, Moreira e Lima (2019) também registraram dificuldades no processo de reinstitucionalização, entre elas, a distância da família de origem, retirada da criança da escola, da comunidade e de seus amigos, situações que trazem consequências psicológicas como aumento da sensação de abandono e solidão.

Ao analisarem histórias de vida de 2 adolescentes em uma instituição no sul do país, Franceschini e Weschenfelder (2021) definiram o processo de institucionalização como “plural, emergente e anacrônico, ligado intimamente ao processo de subjetivação dos adolescentes que ali se inserem” (Franceschini; Weschenfelder, 2021, p.109). Reforçam a urgência por estudos qualitativos: “... as duas histórias que trazemos não são apenas histórias, são pontos de luzes que cintilam na noite escura, resistentes, como aquilo que encontramos debaixo das grandes luzes do saber e que possibilitam outras relações de governo de si e dos outros” (Franceschini; Weschenfelder, 2021, p. 115). Histórias-vagalumes que nos dão pistas sobre o universo de significações desses sujeitos.

Ao discutirem diversas facetas do desligamento institucional, a educação aparece entre os laços rompidos pelas mudanças de institucionalização, reinstitucionalização, reinserção familiar ou adoção. Trata-se de um complexo processo de definição de trajetórias que vai produzindo efeitos subjetivos e identitários.

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NOS PROCESSOS DE ACOLHIMENTO

Foram encontradas 12 pesquisas que, mesmo sem foco na deficiência, direta ou indiretamente, trataram da questão educacional da criança ou adolescente acolhido.

A dificuldade da escola em cumprir sua função social é registrada em Carlos *et al.* (2014) que discutiram o apoio social devido a adolescentes vítimas de violência doméstica: “... constata-se que a denúncia de casos suspeitos de violência não é estimulada pela coordenação dessas instituições; professores se sentem intimidados devido à postura dos superiores (Carlos *et al.*, 2014, p. 614). A omissão de professores e gestores diante da violência doméstica é, de fato, uma realidade em todo o território brasileiro e precisa ser enfrentada pela via da formação de professores e políticas educacionais eficazes.

O artigo de Rossi e Rossi (2016) questionou se crianças adotadas não deveriam estar incluídas no público-alvo da educação especial por serem crianças “fora do padrão”, que restam na lista de espera para adoção por possuir necessidades específicas. A questão não apresentou resultado consistente. É importante ressaltar que são públicos distintos, com demandas diferentes, que precisam de políticas públicas robustas e diferenciadas.

Correr, Senem e Barros (2017), ao contrário, ao analisarem concepções de 15 professores de crianças acolhidas em uma escola de ensino fundamental do interior de São Paulo, localizaram preconceito e estigma ao identificarem ações pedagógicas reducionistas, onde a criança é vista como resultado de sua condição de carência e sofrimento: “...as crianças abrigadas são percebidas como diferentes, com uma compreensão que está expressa pela ideia de necessidades educacionais especiais, com especial dificuldade de se socializar” (Correr; Senem; Barros, 2017, p. 340). Os professores apresentaram “...processos de culpabilização das crianças e uma dificuldade de desenvolver prática que considere a possibilidade de uma ação docente técnica, reconhecendo as dificuldades e propondo saídas pedagógicas menos fossilizadas, por preconceitos que excluem e estigmatizam” (Correr; Senem; Barros, 2017, p. 343). O

preconceito e o estigma registrado na pesquisa reiteram a urgência de se pautar o tema na agenda de pesquisas e na formulação de políticas públicas.

Fonseca (2017), através da análise discursiva de 11 adolescentes sobre a vida acadêmica e suas relações, pesquisou três aspectos: o social, o acadêmico e a perspectiva de futuro. A autora indicou que os adolescentes possuíam uma visão positiva sobre a escola e o professor, apesar da realidade de fracasso escolar e baixo desempenho escolar.

Costa e Cavalcante (2018) ao discutirem os fatores de risco no desenvolvimento e nas relações de amizade de 40 adolescentes acolhidos, identificaram diversos fatores de risco. No caso do sexo feminino (N=15): violência intrafamiliar com agressões físicas; e, no caso do sexo masculino (N=25): expulsão da escola, trabalho na rua, uso de drogas e histórico de acolhimento. A vulnerabilidade social está associada ao acolhimento institucional e as situações educacionais (reprovação e expulsão escolar) são considerados fatores de risco ao desenvolvimento dos acolhidos.

O artigo de Piske *et al.* (2018) procurou alcançar o olhar das crianças e investigar como práticas educativas nas instituições de acolhimento são compreendidas por 7 crianças, entre 7 e 12 anos. Os resultados revelaram que tais práticas são sentidas como disciplinares, de imposição de regras e privação de liberdade. Há discursos pedagógicos que traçam horizontes emancipatórios, porém, no cotidiano da escola, a aula tradicional ainda impera, separando e segregando os estudantes e o saber.

Ao apresentar revisão sistemática, Lima (2018) encontrou, de 2010 a 2015, 6 pesquisas que tratavam da instituição de acolhimento, 7 que tratavam de crianças acolhidas e apenas 3 pesquisaram as crianças. Com esse resultado, a autora apontou arbitrariedades nos estudos: "... metodologias que avaliam, interpretam e configuram a criança exclusivamente pelo olhar do adulto" (Lima, 2018, p.276). Ela nos recorda que na visão social da infância, a criança passou a ser considerada ator social pleno, o que significa sujeito de direitos. Segundo ela, cresceu o número de estudos sobre a infância, a creche e a pré-escola, porém, ao serem identificadas em situação de vulnerabilidade, o cuidado com a infância passou a estar a cargo do poder público. A autora denunciou: "As condições que levaram esta criança ao afastamento de sua família também nos dão indícios de uma educação negligenciada, aumentando ainda mais as tensões vivenciadas por esses indivíduos" (Lima 2018, p. 272). A qual "educação negligenciada" a autora se refere? Não há no texto resposta, deixando ao leitor essa pérola de reflexão. A "educação negligenciada", talvez seja aquela que não foi dada como direito à criança enquanto estava com sua família – educação de qualidade, integral da pré-infância ao ensino médio, alimentação, acessos aos bens culturais e ao lazer –, situando a vulnerabilidade como produto da escassez ou desmonte das políticas públicas.

Sobre do aprendizado escolar de adolescentes abrigados, Silveira, Nogueira e Silva (2020) revelaram vivências marcadas por condições sociais e educacionais "... permeadas por tensões, situações de fuga física e simbólica, estigmas, isolamento, problemas no aprendizado escolar, dificuldades de inclusão nas turmas e na escola, conformação e negação do sujeito, tanto no acolhimento quanto nas vivências escolares" (Silveira; Nogueira; Silva, 2020,p.432). A pesquisa reafirma a dificuldade que as instituições enfrentam diante das questões da adolescência e da ausência da família para dialogar e articular o processo educacional.

Habilidades sociais são discutidas, no artigo de Silva, *et al.* (2020), como preditoras do desempenho escolar. A pesquisa compara o desempenho escolar de crianças acolhidas com crianças sem esse histórico, da mesma faixa etária. Resulta em algo similar ao que aparece em outros artigos com esse tipo de investigação – sujeitos acolhidos com escores mais baixos no teste de desempenho, identificados como menos habilidosos e com problemas de comportamento. Leal e Alberto (2021) destacaram que a defasagem escolar de jovens acolhidos dificulta a inserção nos cursos de aprendizagem profissional.

Discordando do caráter negativo que tinge a maioria das pesquisas, Rodrigues e Prebianchi (2021), ao analisarem a visão sobre o estresse e estratégias de enfrentamento adotadas por 4 crianças e 11 adolescentes entre 7 a 17 anos, registraram uma visão positiva sobre a escola como redutora do estresse: “... ela parece contribuir com os baixos índices de estresse, talvez pelo fato de nesse ambiente se desenvolverem modelos adequados em termos de comportamento. Acreditamos assim que essa seja uma relação a ser mais bem examinada” (Rodrigues; Prebianchi, 2021, p. 10). Essa é uma das poucas pesquisas que evidenciaram que a escola, mesmo não comparecendo em sua função social plena, pode tornar-se um lugar de segurança abrindo possibilidades de estratégias contra o estresse.

Sudário e Moreno (2022) discutiram o papel da escola na socialização das crianças acolhidas, registraram a escassez de pesquisas sobre o tema e ressaltaram a parceria entre instituição e a escola: “é necessário que ela [a escola] seja um espaço de inclusão, que proteja as crianças, identificando e prevenindo as situações de riscos” (Sudário; Moreno, 2022, p. 39).

Ao reunir as produções que trataram direta ou indiretamente da educação das crianças acolhidas, registramos uma série de formulações preconceituosas que pesam sobre a autoimagem e imagem social desses sujeitos e sobre a escola, cujo espaço de formação humana, lugar privilegiado de desenvolvimento de estratégias de convivência, promoção da tolerância, análise crítica e diálogo, reconhecimento de direitos e singularidades, salvo algumas exceções, parece não ser reconhecida pelos pesquisadores.

MARCAS DE DEFICIÊNCIA E EXCLUSÃO: A INVISIBILIDADE DAS PESQUISAS

No levantamento das bases CAPES e *Scielo*, os descritores em cruzamento com a categoria “deficiência”, localizaram, após os critérios de exclusão, 4 publicações. Dessas, apenas Freitas; Teixeira; Rech, (2016) e Campos; Araújo, (2018) discutem diretamente, a situação educacional de crianças e jovens com deficiência acolhidos.

Freitas, Teixeira e Rech (2016) realizaram um estudo de caso de um menino de 11 anos com deficiência intelectual, do 5º ano do ensino fundamental. Os resultados apresentam uma inclusão incipiente e lenta, ausência de estrutura física e profissionais especializados e falta de apoio da Secretaria Municipal à gestão da escola. Segundo eles, para a inclusão, é urgente apoio gestão das escolas e formação adequada dos professores. O estudo de Campos e Araújo (2018) analisou a situação educacional de 35 crianças com deficiência abrigadas na cidade de Belo Horizonte-MG. Os autores

discutem sobre a defasagem escolar que "... está relacionada a dificuldades externas de ingresso e permanência na escola, mais do que a dificuldade de assimilação de conteúdos (Campos; Araújo, 2018, p. 1164).

Os outros dois artigos, com foco mais no processo de adoção, trazem alguns elementos sobre a questão educacional da criança com deficiência acolhida. Borges, *et al.* (2020) registrou a escassez de pesquisas sobre os processos de adoção de crianças com deficiência, com quadro grave de adoecimento ou com irmãos. A ausência de publicações também é registrada em nossa pesquisa que constatou a falta de estudos quanto à situação educacional dos estudantes com deficiência acolhidos.

Ainda sobre os processos de adoção, Vargas, Nascimento e Rosa (2022) realizaram dois estudos de caso sobre crianças com deficiência adotadas. Os dados apontam "...falta de estímulos e cuidados à criança na instituição de acolhimento, dificuldades no processo de adoção, cansaço parental, dificuldades no cuidado da criança, circunstâncias individuais e fatores contextuais" (Vargas; Nascimento; Rosa, 2022, p.1). Há fatores de resiliência: características pessoais e contextuais que promovem a afinidade entre pais adotivos e crianças; e, vínculos construídos ao longo do processo entre a criança com deficiência e as famílias adotivas.

Finalizando, observamos que os resultados numéricos evidenciaram uma lacuna nas agendas de pesquisa e publicações científicas nacionais na área da Educação. O tema – situação educacional das crianças com deficiência que se encontram em acolhimento – não está presente. Por quais razões o acervo da última década de publicações educacionais e áreas afins não considerou esse tema? Por ser um público duplamente invisível, marcado perversamente pela invisibilidade social? Por se tratar de crianças com "deficiência" e por não possuírem família e serem concebidas como "abandonadas"?

A invisibilidade social, segundo Tomás (2012), mantém sua base na recusa do outro ou de si: "a recusa de outrem é o fio condutor permanente no qual o argumento repousa. A nossa noção-chave é pertinente para designar os buracos negros do mundo social sendo estes apreendidos com receio e desconfiança" (Tomás, 2012, p.10). Nos "buracos negros" da academia, alguns sujeitos não aparecem, não são sequer cogitados ou nomeados, ou então flutuam na periferia de determinadas áreas sem estarem de fato representados em sua singularidade, como é o caso dos estudantes com deficiência que vivem em instituições de acolhimento. Como afirma o autor, (e também no caso desse público): "... a recusa de outrem é o fio condutor permanente no qual o argumento repousa" (Tomás, 2012, p.10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reunir os artigos científicos da última década, que possivelmente tratariam da situação educacional da criança com deficiência acolhida, por meio dessa revisão sistemática, verificamos que são escassas, diante do universo de publicações seja na área da Educação, ou áreas afins. Estudantes com deficiência que vivem em instituições de acolhimento e frequentam a escola comum são sujeitos invisíveis ao campo científico. A marca da deficiência e do abandono faz com que sejam tratados como um público singular, tão singular que permanece na invisibilidade. Esse achado preocupa, pois quando um tema não é reconhecido e analisado pelas pesquisas científicas pode

desaparecer pela pouca nitidez e voz no movimento de formulação das políticas públicas.

Ao ampliar o universo de busca da revisão sistemática para o processo de acolhimento institucional das crianças e jovens em vulnerabilidade social, encontramos pesquisas focalizando aspectos políticos, institucionais e psicológicos, individuais e coletivos, centrados nos processos de institucionalização e adoção, cabendo pouco relevo à situação educacional desse público. O processo de institucionalização revelou-se distante do que preconiza a legislação, como ficou evidenciado nas pesquisas sobre o contexto do acolhimento e suas consequências. Encontramos também arbitrariedades, como o uso de “metodologias que avaliam, interpretam e configuram a criança exclusivamente pelo olhar do adulto” (Lima, 2018, p.276). Localizamos estudos de viés psicológico, em que crianças abrigadas foram comparadas a outras crianças que possuem laços familiares estáveis, o que rendem àquelas um escore sempre de menor desempenho e uma *pseudo* identificação de menor valor, que com certeza influi em suas autoimagens e processos de subjetivação. Fato é que se mantém no silêncio e na invisibilidade a realidade educacional desse público. Afinal, a quem interessaria?

Artigo recebido em: 20/08/2024
Aprovado para publicação em: 04/12/2024

STUDENTS WITH DISABILITIES IN SHELTERS: INVISIBILITY IN SCIENTIFIC RESEARCH

ABSTRACT: The aim of this article is to present systematic review on academic output from the last decade on the educational situation of children with disabilities in care, in order to understand the educational context and the social function of the school. A systematic review was carried out of scientific production in the field of education and related areas, between 2012 and 2022. From the CAPES and *Scielo* databases, of the 255 titles located, 34 articles were selected and analyzed in full. Given the scarcity of articles on the educational situation of children with disabilities in care - only 4 publications - it was necessary to broaden the scope to include the educational situation of children in care in general. Given the gap in the research agenda, there is an urgent need for research to create indicators for the formulation of intersectoral policies aimed at serving this public.

KEYWORDS: Childcare; Disability; School Inclusion; Systematic Review.

ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD EN CENTROS DE ACOGIDA: LA INVISIBILIDAD EN LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo presentar una revisión sistemática de las producciones científicas en el campo de la Educación y áreas afines entre 2012 y 2022 sobre la situación educativa de los niños con discapacidad en acogimiento familiar, con el fin de comprender el contexto educativo y la función social de la escuela. En las bases de datos CAPES y *Scielo*, de los 255 títulos localizados, se seleccionaron y analizaron en su totalidad 34 artículos.

CAMPOS, R. C. P. R. de; FRANCO, M. A. M.

Dada la escasez de artículos sobre la situación educativa de los niños con discapacidad acogidos - sólo 4 publicaciones- fue necesario ampliar el ámbito para incluir la situación educativa de los niños acogidos en general. En vista de la laguna en la agenda de investigación, urge investigar para crear indicadores para la formulación de políticas intersectoriales destinadas a atender a este público.

PALABRAS CLAVE: Acogida; Discapacidad; Inclusión Escolar; Revisión Sistemática.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, R.; BARREIRA, A.; LIMA, M.; LIMA, M. L.; ASSIS, S. Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n.2, p. 529-542, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MZzcQyqNtk53Wfb4ZHnPSVp/?lang=pt>.

BORGES, Camila, Scorsolini-Comin, Fábio. As adoções necessárias no contexto brasileiro: características, desafios e visibilidade. **Psico USF**, v. 25, n. 2, p. 307-320, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/ttBGWcRFHm4kN3hBL4kLksn/?lang=pt>.

BRASIL, **Decreto nº6949 de 25 agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília-DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
Acesso em: 21 out. 2024

BRASIL, **Lei nº 8059 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 16 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>
Acesso em 21 out. 2024.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre-RS: Artes Médicas, 1996.

CAMPOS, R. C.; ARAÚJO, N. Situação educacional de crianças e jovens com deficiência em acolhimento institucional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo-SP, v. 48, n. 170, 2018, p. 1148-1166, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/XxMJmqtC8g34fgJRXHQnhQw/>.

CARLOS, D.; FERRIANI, M.; SILVA, M.; ROQUE, E.; VENDRUSCOLO, T. O acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: teoria ou

prática? **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 21, n.2, p.579-585, 2013.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/9MxXSBRNsVPq4r5Mw7Q9m5x/?lang=en>.

CARLOS, D.; FERRIANI, M.; ESTEVES, M.; SILVA, L.; SCATENA, L.. O apoio social sob a ótica de adolescentes vítimas de violência doméstica. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo-SP, v. 48, n. 04, 2014, pp. 610-617, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reusp/a/v9GGHJCWZJgq37p45ksfxfn/?lang=en>.

COSTA, A.; CAVALCANTE, L. Fatores de risco no desenvolvimento e nas relações de amizade de adolescentes em acolhimento institucional. **Pretextos**, Belo Horizonte-MG, v. 3, n.5, p. 376-391, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/16016> Acesso em: 05 jul. 2024.

CORRER, R.; SENEM, C.; BARROS, L. Crianças acolhidas institucionalmente e educação escolar: o que pensam os professores? **Educação, Teoria e Prática**, Rio Claro-SP, v. 27, n. 55, p. 237-346, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/9359>.

CRESTANI, V.; ROCHA, K. Risco, vulnerabilidade e o confinamento da infância pobre. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p.1-11, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/PdCQ3kKYR4sL3dpjwvCW7pk/?lang=pt>.

CROCHÍK, J. L. Preconceito e inclusão. **Revista do Instituto Cultural Marc Chagall**, v. 3, n. 1, p. 67-99, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/view/22359> Acesso em: 05 jul. 2024.

DAINEZ, D.; SMOLKA, A. L. A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva. **Educação e Pesquisa**, São Paulo-SP, v.45, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Sjzqk3cBv47szKzLpdJWD/?lang=pt>.

ESPINDOLA, S.; VIANA, M.; OLIVEIRA, M. H. Crianças e adolescentes acolhidos no estado do Rio de Janeiro: a adoção é a solução? **Saúde em Debate [online]**, v. 43, n. spe4, p. 34-47, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/LR44QzRVnvdS3NmmLmmtjtt/?lang=pt>.

FARIA, P.; CAMARGO, D. Metassíntese: revisão sistemática qualitativa na área da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro-RJ, v. 27, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YJcJsdCM4WMKHy3LXF3CQn/?lang=pt>.

FERNANDES, A.; OLIVEIRA-MONTEIRO, N. Indicadores de percepções de acolhimento em adolescentes. **Paidéia**, São Paulo-SP, v. 26, n.63, p.81-89, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/mxpH3RM9Wg9Gpf4VBTQDyhx/?lang=en>.

CAMPOS, R. C. P. R. de; FRANCO, M. A. M.

FERNANDES, A.; MONTEIRO, N. Comportamentos Pró-Sociais de Adolescentes em Acolhimento Institucional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.33, p.1-7, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/P8fRHygRgZfJdX6jTWh6LRt/?lang=pt>.

FERREIRA, N. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas-SP, v.9, n.1, p.257-272, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?lang=pt>.

FONSECA, P. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. **Psicopedagogia**, São Paulo-SP, v. 34, n. 105, p. 285-296, 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000300006&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 08 out. 2024.

FRANCESCHINI, É.; WESCHENFELDER, V. Como vaga-lumes na escuridão: histórias de adolescentes em instituição de acolhimento. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói-RJ, v. 33, n. 2, p. 108-116, maio-ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5821>.

FREITAS, S.; TEIXEIRA, C.; RECH, A. Alunos com deficiência em situação de acolhimento institucional: desafios para a gestão e a inclusão escolar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação [online]**, v. 11, n.4, p. 2104-2124, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8214/6048>.

GALVÃO, M.; RICARTE, I. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Ligeion**, Rio de Janeiro-RJ, v. 6, n.1, p. 57-73, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 08 out. 2024

GUEDES, C.; SCARCELLI, I. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicologia & Sociedade [online]**, v. 26, n. Spe, p. 58-67, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/6m7cMvtD5RMHZ8tLGQ6tBqs/?lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2024

GUERRA, L.; PRETTE, Z. Habilidades sociais e problemas de comportamento de crianças sob acolhimento institucional. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 25, n. 2, p. 273-284, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/MYrjHBjKhW4JTZCg7bftfCb/?lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2024

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em 09 mar. 2024.

KAPPLER, S.; MENDES, D. Trocas afetivas de crianças em acolhimento institucional. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**, v. 39, p.1-13, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6j8Qfnzx7YSZDNz9hXWzWpb/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2024

LEMOS, S.; GECELE, H.; ANDRADE, J. Os vínculos afetivos no contexto de acolhimento institucional: um estudo de campo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília-DF, v. 33, p. 1-10, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/RPgnrhTYtLc83qt6dfq3CzC/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2024

LEAL, N.; ALBERTO, M. Política de acolhimento e juventude: a problemática da inserção na formação profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p.1-16, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1982-370300322068>

LÍCIO, E.; PINHEIRO, M.; NATALINO, M.; ROCHA, E. Filhos “cuidados” pelo estado: o que nos informa o relatório do IPEA sobre o reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, n. 91, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10441> Acesso em: 21 ago 2023.

LIMA, M. A criança em instituições de acolhimento: o que dizem as pesquisas científicas. **Estudos de Psicologia**, Campinas-SP, v. 23, n.3, p. 271-281, jul./set. 2018. DOI:

<https://doi.org/10.22491/1678-4669.20180026>

PAIVA, I.; MOREIRA, T.; LIMA, A. Acolhimento institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. **Direito e Práxis**, v. 10, n. 2, p.1405-1429, 2019. DOI:

<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40414>

PAULA, E. Os crescidos vão para o colo dos crescidos ...é só os crescidos! direitos de participação das crianças em centros de acolhimento temporário. **Da investigação às práticas**, Lisboa-PT, v.6, n.1, p.110-131, mar. 2016. DOI: DOI:

<https://doi.org/10.25757/invep.v6i1.92>

PISKE, E.; YUNES, M.; BERSCH, A.; PIETRO, A. Práticas educativas nas instituições de acolhimento sob o olhar das crianças. **Revista de Educação Pública**, v. 227, n. 66, p.905-923, 2018. DOI: <https://doi.org/10.29286/rep.v27i66.3364>

RAMOS, K.; RAFAEL, R.; PENNA, L.; DEPRETE, D.; RIBEIRO, L.; CARINHANHA, J. Exposição à violência e experiências difíceis vividas por adolescentes em situação de acolhimento institucional. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.73, n.4, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.9788/TP2016.1-14>

RODRIGUES, L.; PREBIANCHI, H. Estresse e Estratégias de Enfrentamento em Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional em Casas Lares. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**, v. 41, n. spe3, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003192765>

ROSA, E.; NASCIMENTO, C.; MATTOS, J.; SANTOS, J. O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. **Estudos de Psicologia**, Natal-RN, v. 17, n. 3, p. 361-368, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300003>

CAMPOS, R. C. P. R. de; FRANCO, M. A. M.

ROSSETTI-FERREIRA, M.; ALMEIDA, I.; COSTA, N.; GUIMARÃES, L.; MARIANO, F.; TEIXEIRA, S.; SERRANO, S. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre-RS, v.25, n.2, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000200021>

ROSSI, C.; ROSSI, T. Crianças adotivas na escola: nova categoria a demandar educação inclusiva? **Educação:saberespráticas**, São Paulo-SP, v.5, n.1, p.1-9, 2016. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index/saberespratica/article/view/113/73> Acesso em: 20 jul. 2024.

SILVA, J.; PEREIRA, V.; DONATTO, M. Habilidades sociais e acadêmicas de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. 1-18, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003203205>

SILVEIRA, A., NOGUEIRA, M., SILVA, L. Entre a escola e o abrigo: estigmas, conflitos e insucesso escolar de adolescentes. **Interfaces da Educação**, v.11, n. 32, p. 432-465, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4438> Acesso em: 25 ago. 2024.

SOUZA, F.; BRITO, L. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro-RJ, v. 27, n. 1., 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100003>

SUDÁRIO, M.; MORENO, G. Criança, escola e acolhimento institucional. **Teias**, Rio de Janeiro-RJ, v. 23, n. 68, jan/mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2022.60916>

TOMÁS, J. A invisibilidade social, uma construção teórica. Anais do Colóquio "A crise das Socializações", Braga-PT, p.1-10, 2012. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/228333133> Acesso em 21 nov. 2023.

UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, 1990. Disponível https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por Acesso em 25 julho de 2024.

VARGAS, E.; NASCIMENTO, D.; ROSA, E. Resiliência e adoção de crianças com deficiência: estudos de casos múltiplos. **Subjetividades**, Fortaleza-CE, v. 21, n.3, p.e8676, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i3.e8676>

WENDT, B., DIULLIUS, L.; DELL'AGLIO, D. Imagens sociais sobre jovens em acolhimento institucional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703004012016>

ZOLTOWSKI, A. P.; COSTA, A.; TEIXEIRA, M. A.; KOLLER, S. Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. **Psicologia: Teoria e**

Pesquisa, Brasília-DF, v. 30, n.1, p.97-104, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000100012>

REGINA CÉLIA PASSOS RIBEIRO DE CAMPOS: Doutora em Educação, Pesquisadora e Professora Associada do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (DECAE-FAE/UFMG). Coordena o Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE-UFMG). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE) e da International Society for Cultural Activity Research (ISCAR).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2089-4702>

E-mail: geine.ufmg@gmail.com

MARCO ANTÔNIO MELO FRANCO: Doutor em Ciências da Saúde, com ênfase em Saúde da Criança e do Adolescente (Faculdade de Medicina / UFMG-2009). Professor Associado do Departamento de Educação (DEEDU/UFOP) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFOP) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Coordenador-geral de Política Pedagógica da Educação Especial - CGPEE/DIPEPI/SECADI/Ministério da Educação. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Práticas na Alfabetização e na Inclusão em Educação (NEPPAI/CNPQ).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0159-4109>

E-mail: mamf.franco@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).